

ALEMANHA, ANOS QUARENTA: ANTECEDENTES DO CONFISCO MONETÁRIO

Valdir Ramalho (*)

Resumo

Este trabalho revê alguns dos fatores sócio-políticos e econômicos envolvendo a crise monetária na Alemanha entre 1945 e 1948, tais como o regime político, a atitude e as políticas da administração militar, a destruição física de país, o mercado negro e o escambo, e outros.

Abstract

This paper reviews some of the factors surrounding the monetary crisis in Germany from 1945 to 1948, such as the political regime, the attitude and the policies of the military administration, the physical destruction of the country, the black market and barter, as well as others.

Palavras-chave

política monetária, inflação reprimida, mercado negro, escambo.

Key words

monetary policy, repressed inflation, black market, barter.

O autor é pesquisador do Centro de Análise Macroeconômica (CEMA), FUNDAP, São Paulo.

(*) A coleta de material para este trabalho foi facilitada pelo apoio da Boston University, por intermédio do seu *Center for the Philosophy and History of Science*. Paulo Nogueira Batista Jr. e dois pareceristas empenharam-se em tentar melhorar o artigo, lendo e comentando versões anteriores. Como não podia deixar de ser, pela natureza do trabalho, o texto não visa nem pode representar posições de quaisquer instituições ou entidades.

A coleta e a análise de experiências históricas é a maior fonte, senão a única, de evidência empírica concernente à macroeconomia, especialmente no sentido mais amplo de história que abrange o presente. É desnecessário lembrar que os modelos econométricos lançam mão de dados históricos - informações de caráter estatístico, mas cujo significado e validade dependem de interpretar-se seu contexto histórico.

Um período notavelmente rico de lições em potencial é o dos primeiros anos de pós-guerra, particularmente na Alemanha. Entre muitos temas, ele oferece elementos para estudar-se uma economia física e institucionalmente arrasada, uma experiência de planejamento central em condições adversas, os procedimentos e consequências de um confisco monetário, um programa de financiamento vultoso à reconstrução, o lançamento de uma via particular de desenvolvimento econômico (sobre a substituição da expressão "reforma monetária" por "confisco monetário", ver RAMALHO, 1993).

Este trabalho diz respeito ao confisco monetário alemão de junho de 1948, mas de uma forma indireta; não relata nem analisa o confisco, mas os seus antecedentes - aponta e descreve em linhas gerais alguns dos mais importantes fatores e eventos sociais, políticos e econômicos envolvendo a crise monetária daquele país entre 1945 e 1948. O objetivo é contribuir para a apreciação da motivação, dos condicionamentos e do contexto em geral da política econômica que ali foi implantada. Focaliza-se exclusivamente a região que mais tarde seria a Alemanha Ocidental, com base em informações fornecidas quase sempre por estudiosos da zona ocupada por tropas americanas (ver lista de obras consultadas; particularmente quanto ao quadro sócio-político pintado aqui, as fontes são sobretudo DAVIS, 1967; GLASER, 1986; GROSSER, 1955; NINKOVICH, 1988; PETERSON, 1978; e ZINK, 1957).

O trabalho está dividido em nove seções, começando pelos objetivos da ocupação da Alemanha (seção 1), a natureza do regime político instalado no país (seção 2) e a atitude da administração do General Clay (seção 3). As duas seções seguintes tratam da ruína de enorme parcela do capital físico do país e da situação de inflação reprimida, respectivamente. Os mercados negros e o regime de escambo são abordados na seção 6, enquanto a seção 7 resenha os obstáculos e as políticas que retardaram a recuperação do país.

Seguem-se a seção 8, sobre as divergências entre os governos ocupantes ocidentais e o soviético, e a seção 9, levantando possíveis lições, à guisa de comentários finais.

1. O Espírito Punitivo Depois da Rendição

Dentre os fatores sócio-políticos que vieram a condicionar a vida econômica da Alemanha no período que nos interessa, é conveniente começar pelo papel do Plano Morgenthau e pela natureza do regime político.

Derrotada, em maio de 1945 a Alemanha submeteu-se a exigência de rendição incondicional. Conforme tinham acertado entre si, a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a União Soviética dividiram aquele país em quatro zonas, colocando em cada uma delas uma administração militar representante de um dos países vencedores.

Os governos aliados tinham começado a pensar bem antes da vitória sobre como proceder para com o país vencido. O Plano Morgenthau (proposto por Henry Morgenthau, Secretário do Tesouro americano) sugeria a eliminação do poder militar, econômico e político alemão, à qual se procederia sobretudo através do desmonte de empresas até o ponto de fazer desaparecer o setor industrial; sugeria também a divisão permanente da Alemanha em territórios a serem ocupados por outros governos europeus. Nesse esquema, os equipamentos das fábricas desmontadas seriam empregados no pagamento de reparações.

O plano se encaixava no espírito punitivo que permeava a opinião pública na época e, por isso, de início pareceu atraente aos governos americano e britânico; contudo, foi descartado mais tarde, quando os governos ponderaram várias desvantagens apontadas por críticos do plano dentro das próprias esferas da alta burocracia, sem que uma política alternativa fosse traçada. Mesmo assim, o plano teve reconhecida influência sobre um documento crucial, o JCS-1067 - este continha as orientações da cúpula militar americana (o *Joint Chiefs of Staff*) ao governo de ocupação da zona respectiva. O JCS-1067 vigorou formalmente do início da ocupação até ser revogado em julho de 1947.

Tal documento listava os objetivos oficiais da ocupação: expurgar o nazismo; punir criminosos de guerra; desmilitarizar o país (o que incluía desativar toda atividade industrial passível de auxiliar ou dar suporte à produção militar); eliminar cartéis; redemocratizar o país; extrair reparações com a finalidade de compensar os países devastados pela Alemanha; e, finalmente, cuidar de prisioneiros de guerra, bem como de refugiados e expatriados.

Conforme um programa anunciado em março de 1946, fábricas seriam desmontadas e retiradas do país como reparações de guerra. Os diversos ramos industriais deveriam produzir abaixo dos montantes alcançados em 1936, de acordo com percentuais variando de 15% (para o ramo de mineração) a 78% (EUCKEN & MEYER, 1948, p. 54-5). A desativação industrial incluía a proibição de produzir certas linhas de mercadorias, inclusive variados tipos de máquinas e equipamentos, produtos químicos, aço, ferro e metais ferrosos (BACKER, 1971, p. 38). Tal programa de desindustrialização, eufemisticamente chamado de "desarmamento industrial", requeria ainda o encerramento das atividades de laboratórios, organismos de pesquisa e de formação técnica que servissem às linhas industriais indesejáveis (BALABKINS, 1983, p. 358).

A visão que inspirara o Plano Morgenthau deixou sua marca no JCS-1067, não só na preocupação com o setor industrial alemão, mas sobretudo no alcance e no rigor com que o documento tratava a implementação dos objetivos acima. Tomemos, por exemplo, a meta de erradicar o nazismo. É natural que ela incluísse administrar penalidades aos nazistas e a quem lhes tivesse dado sustentação; mas como se colocava como candidatos à punição todos os que tivessem sido membros de organizações nazistas ou tivessem permitido aos nazistas a consecução de seus objetivos, isso significava castigar a maioria da nação alemã, senão toda ela.

Os americanos acreditavam que Hitler tinha tido facilidade em dominar a Alemanha em virtude da concentração do capital industrial e financeiro em poucas e grandes empresas. Por isso, um desdobramento da desnazificação era uma política de desconcentração e descentralização dos negócios. O interesse na descartelização do país movia-se pouco por considerações de organização industrial - os cartéis eram vistos quase somente como entidades que haviam sustentado economicamente o regime de Hi-

tlar. Essa política atingiu também o sistema financeiro - e não somente os grandes bancos privados, mas também o próprio banco central (o Reichsbank), que foi fechado pelos aliados.

O documento também descia a recomendações específicas, às vezes singularmente reveladoras do espírito que o instruía; uma delas, por exemplo, preconizava que as tropas de ocupação evitassem contato amigável com os habitantes, inclusive qualquer interação puramente social, lúdica, ou de mera cortesia. Conforme outro item, os militares lembrariam frequentemente ao povo alemão sua responsabilidade pela destruição e sofrimento gerados pelo regime nazista. Ademais, o governo de ocupação deveria evitar fornecer bens ou prestar assistência aos habitantes a ele sujeitos, ressalvado o mínimo que se fizesse necessário para evitar doenças em massa ou prevenir revolta da população; deveria abster-se de promover a recuperação econômica do país além do que se fizesse imperativo para a execução das próprias tarefas do governo. O consumo pelo povo alemão deveria ser mantido tão baixo quanto fosse possível, de modo a permitir o emprego de recursos no fornecimento de reparações, na assistência aos refugiados e na manutenção das tropas ocupantes.

2. O Absolutismo dos Conquistadores

O regime político da Alemanha derrotada não diferia quanto à natureza daquele instalado durante a guerra, mas apenas quanto ao rigor, aos objetivos e aos escrúpulos dos governantes. Toda ação do governo obtinha justificativa meramente no fato de que era ação emanada do poder. A ditadura nazista fora substituída pela centralização da autoridade nas mãos de generais estrangeiros, ainda que formados em países democráticos e supostamente interessados em uma futura redemocratização alemã. Cada governador militar estava investido de poder total e inteiro arbítrio na zona que lhe coubesse, exceto por limitações de caráter bem geral (tais como a óbvia insensatez de cometer barbaridades ou crimes de guerra), pelas recomendações da cúpula militar e pelos procedimentos, normas ou políticas que o *Allied Control Council* (conselho dos quatro comandantes em chefe, as autoridades máximas de cada zona de ocupação) viesse a traçar como comuns às diversas zonas.

Como costuma acontecer, governos cuja soberania deriva exclusivamente da força tendem a delegar aos membros inferiores da hierarquia autoridade também de limites vagos ou distantes. Na Alemanha do pós-guerra, quaisquer regras ou leis eram feitas ou desfeitas, aplicadas ou não aplicadas, de acordo com as convicções, o julgamento pessoal e a vontade da autoridade envolvida na situação, fosse ela o governador militar, um oficial em comando ou o soldado presente. Não havia a necessidade de preocupar-se com a possibilidade de ocorrer transgressão de normas superiores, instituições, tradições ou presumíveis direitos de uma pessoa ou de um povo. A população de vencidos não tinha com base em que reclamar do tratamento que recebesse; caso fosse incomodada por alguma ocorrência, ou caso se considerasse de alguma maneira prejudicada, cabia-lhe apenas esperar magnanimidade ou misericórdia por parte dos vencedores no comando do Estado. Nessas circunstâncias, as forças ocupantes fizeram o que bem entenderam, variando entre dois extremos de comportamento - ou tirar proveito da situação ou esforçar-se para reconstituir um país fisicamente esfacelado e economicamente falido.

A um pequeno passo de quem tem poder rondam mil oportunidades de oprimir o subordinado, de adotar as soluções mais cômodas para os problemas, de ter acesso a recursos com base no mero poder; as tentações são ainda mais fortes quando se tem uma posição de mando inquestionável, e especialmente se o ônus cabe a uma população estrangeira. No caso da Alemanha, era fácil não ter escrúpulos em ser duro para com os habitantes - cada alemão provavelmente era alguém que escolhera, na melhor das suposições, silenciar diante de crimes extraordinariamente graves, tendo cedido covardemente aos temores da morte como traidor da pátria e de punições sobre seus entes queridos. Ademais, os militares participantes da ocupação se sentiam compreensivelmente propensos a procurar obter o conforto que há muito tempo não desfrutavam, bem como a considerá-lo merecido depois dos sofrimentos e horrores de batalha.

Em consequência, os ocupantes do país sujeitaram às suas conveniências, e até ao seu bem-estar, tudo o que os alemães julgavam poder tratar como somente da sua conta, para seu uso, gozo e dispor (como, por exemplo, os seus pertences). Assim, as habitações particulares menos atingidas por bombardeios, ou as mais confortáveis, ou as mais bem equipadas, eram requisitadas para uso coletivo ou familiar dos militares; os próprios donos ou

moradores eram despejados poucas horas após receber a notícia, sem qualquer compensação, muito menos sugestão de para onde ir em um país de edificações destruídas. A contragosto, os alemães expulsos de suas próprias residências, ou outros, entregavam aos militares os utensílios convenientes a um alojamento confortável, tais como roupa de cama, móveis, talheres, cortinas, rádios, pinturas de parede etc. Privilegiadas eram as famílias que conseguiam continuar habitando em suas casas cheias de hóspedes imprevistos, a troco de cozinhar e lavar roupa para estes.

Do mesmo modo, hotéis, casas de espetáculos, instalações de clubes e armazéns, fossem de quem fossem, eram requisitados para uso exclusivo dos militares. Terrenos eram tomados e empregados como quadras de jogos. Áreas de caça e pesca eram utilizadas ou ocupadas sem qualquer satisfação dada aos habitantes locais. Quem tivesse estoques de bebidas alcoólicas corria grandes riscos de perdê-los para os militares. Donos de equipamentos para fabricação de cerveja, se não fossem desempossados, teriam que produzir e fornecer de graça. Conforme Davis (1967, p. 188-9), a posse de patrimônio alemão pelo exército americano em junho de 1946 incluía, entre outras coisas, 24.502 casas e 1.458 apartamentos particulares, 333 prédios de escritório, 263 prédios de fábrica, 103 lojas de varejo, 780 hotéis e 569 escolas. Aos clubes, hotéis e residências reservados para as forças de ocupação os alemães tinham que fornecer por sua conta grande número de garçons, serventes, ajudantes, manicuras, cabeleireiros, costureiras e empregadas domésticas.

Era para uso coletivo ou funcional, não para proveito pessoal, que o governo ocupante desapropriava e seqüestrava bens de residentes alemães; contudo, como seria de se esperar nas circunstâncias, ocorreram sem aprovação oficial numerosos casos de militares mais ousados que transferiram para seu patrimônio pessoal jóias, quadros e outros objetos de valor, tomados de famílias alemãs que não podiam reclamar ou que reclamaram em vão. De início espalhara-se entre os militares, conscientes de sua histórica estadia na Europa, a moda de coletar e guardar para si objetos alemães, competindo entre si pelas melhores "lembranças" (ENGLER, 1950, p. 82) - depois, a ausência de limites facilitou o exagero. Por exemplo: temendo as rigorosas normas dos invasores, que obviamente proibiam a posse de armas, uma escrupulosa ou ingênua senhora declarou que tinha em casa uma espada medieval - que foi confiscada (*idem*, p. 83).

Não só as propriedades, mas também os costumes locais dependiam de servir à comodidade dos vencedores; por exemplo: onde os americanos queriam beber água clorada, o abastecimento era alterado contra a vontade local, mesmo em localidades onde a água era absolutamente potável ou era usada para fabricação de vinho. Naturalmente, tais interferências por estrangeiros sobre detalhes da vida cotidiana eram consideradas no mínimo irritantes pelos alemães. A elas somavam-se limitações à movimentação da população em sua própria terra, tais como o toque de recolher e a exigência de autorização militar para sair do município.

A situação privilegiada dos invasores no relacionamento com o sexo feminino foi outra fonte cotidiana de ressentimento para o povo alemão. Tendo em vista as vantagens de ser membro do governo de ocupação, particularmente o fácil acesso a bens escassos e longe do alcance dos vencidos, não é de admirar que se tenha generalizado entre militares de todas as patentes a freqüente obtenção de consentimento sexual por mulheres locais; e, paralelamente, que mulheres necessitando de bens, ajuda, proteção ou apoio de algum tipo, para si ou para familiares, tenham trocado favores sexuais por alimentos, empregos e pequenas vantagens que quase somente os estrangeiros estavam em condições de oferecer.

Seja como for, os efeitos mais visíveis de tal liberalidade sexual parecem ter sido proporcionalmente pequenos, e às vezes benéficos, considerando-se que a ocupação envolveu um fluxo acumulado de algo como um milhão de soldados americanos (DAVIS, 1967, p. 117) e um estoque variando entre 135 mil e 342 mil (*idem*, p. 189): deixou entre as famílias alemãs alguns filhos sem pai (algo como 20 ou 30 mil), mas também criou laços afetivos que levaram a cerca de 10 mil casamentos entre americanos e alemãs no período 1945-1949 (DAVIS, 1967, p. 117).

Encerrando esta seção, cabe notar que as relações de subordinação entre vencidos e vencedores foram focalizadas aqui para que se tenha uma idéia de quão longe de um regime de direito estava a Alemanha do pós-guerra, não para passarem por um quadro completo da sociedade de então. Este quadro envolveria um relato do tratamento muito mais duro proporcionado aos alemães pelos franceses, e sobretudo pelos russos, que traziam consigo a carga de uma inimizade histórica e as feridas recentes das crueldades infligidas pelos nazistas; envolveria também outros lados, como os dos

militares que envidaram tremendos esforços e até se sacrificaram pessoalmente, não só para cumprir o que entendiam ser sua missão, de organizar um país quebrado física e psicologicamente, mas também incomodados com o sofrimento de uma população sem perspectivas em meio aos escombros de sua própria terra. A energia e a inteligência de muitos soldados foram dedicadas à reabertura das estradas destruídas ou entulhadas; à restauração dos serviços ferroviários e das comunicações; à reparação de pontes, portos, estações e prédios públicos; ao cuidado da saúde, higiene, alimentação e abrigo de milhões de ex-prisioneiros.

3. A Administração nos Primeiros Anos

O governo da zona alemã sob ocupação americana (conhecido por *OMGUS*, de *Office of Military Government for the U.S. Zone*) esteve a cargo do General Lucius D. Clay desde o início até maio de 1949, embora ele tenha assumido o posto de governador militar somente a partir de março de 1948. Em uma primeira fase, a tônica da administração era punir, reformar e "reeducar" o povo alemão; tragicamente, mesmo a pequena parcela de alemães antinazistas sobreviventes era tratada com dureza. Em particular, o governo buscava culpados pelo regime nazista e acusava os homens de negócios de haver dado suporte econômico àquele regime; por isso, estava marcadamente interessado em infligir penalidades àquela camada social - notadamente, quebrando os cartéis (na prática, ameaçando as grandes empresas em geral, para quem é difícil desembaraçar-se da acusação de cartelização). Imbuídos de uma visão semelhante, os alemães antinazistas e os sindicatos de trabalhadores preconizavam a estatização das grandes empresas. A administração militar não foi tão longe, mas inicialmente seguiu o documento JCS-1067 até o ponto de pretender reduzir a produção industrial alemã, desmontar cerca de 1.546 estabelecimentos e desmembrar latifúndios.

Cedo, porém, Clay começou a modificar seus pontos de vista, à medida que se dava conta do alcance da destruição do país e percebia a gravidade da situação do povo alemão. O país precisava importar matérias-primas agrícolas e bens de primeira necessidade para uma população à beira da desnutrição em massa (e mais imediatamente à beira da morte durante o inverno excepcionalmente frio de 1946-47). Logo, a Alemanha teria que

exportar produtos industriais para cobrir suas importações - ou recairia sobre os contribuintes americanos um ônus cada vez maior de alimentar o povo alemão. Além disso, como lembravam os assessores de Clay, os esforços de recuperação da Europa seriam menos penosos e com mais chances de sucesso caso a Alemanha voltasse a produzir. Assim, pouco a pouco o governo de ocupação foi se envolvendo com a tarefa de recuperar a economia alemã, e ao mesmo tempo, quanto mais se envolvia, menos seriamente considerava a diretriz de que a ocupação tinha por finalidade sobretudo punir os vencidos.

A mudança de orientação refletiu-se, entre outras coisas, em como o governo militar lidou com a questão do setor industrial; Clay convenceu-se a adiar parcialmente, reduzir (o número inicial de 1.546 estabelecimentos listados caiu até chegar a 683 em 1949; BACKER, 1971, p. 82, 87, 88), e finalmente interromper o desmonte industrial. Mas isso não significa que a preocupação com a recuperação tenha sido coerentemente e integralmente adotada; a orientação punitiva continuou a ter influência, ainda que cada vez menor, sobre as políticas adotadas. O acirramento de divergências entre os anglo-saxões e os soviéticos parece ter dado um considerável impulso à mudança de tratamento; estimulou os americanos a se tornarem amigos dos alemães, em vez de senhores, reduzindo assim as chances de ver o país ocupado querer aliar-se aos soviéticos.

4. A Diminuição do Capital Físico

A guerra resultou em destruição de uma grande parcela da infra-estrutura do país, particularmente habitações e sistema de transportes, bem como instalações de empresas. No início da ocupação, muitas cidades não tinham eletricidade, água encanada ou gás. Os serviços de correios estavam parados e as conexões telefônicas cortadas. Tanto a navegação nos rios como a passagem nas estradas - estas cheias de obstáculos como buracos e entulhos - eram interrompidas por pontes destruídas. A infra-estrutura que permanecia utilizável era posta exclusivamente a serviço dos exércitos ocupantes. A destruição de prédios transformou vastas áreas das cidades em pilhas de ruínas em meio a ruas entulhadas de escombros. Backer (1971, p. 33) cita Hannover como exemplo, que teve mais de 60% das edificações domiciliares destruídas; segundo Orlow (1991, p. 244), o mesmo ocorreu com 50% das habitações em Hamburgo e 80% em Colônia. Informação

semelhante é dada em termos mais gerais por Davis (1967, p. 107), dizendo que nas cidades de grande porte arrasadas por bombardeios, a extensão da destruição variava entre 50% e 75% das edificações, enquanto que nas pequenas cidades atingidas chegava a 90%.

A consequência disso foi que milhões estavam residindo entre restos de paredes ou nos espaços cedidos pelos escombros. Rara era a entidade pública ou privada, comercial, agrícola, industrial, financeira ou educativa, que não enfrentasse obstáculos à retomada das atividades devido a instalações e equipamentos de algum tipo estarem quebrados ou despedaçados. A parcela das locomotivas e dos vagões inutilizados, ao menos temporariamente, superava 60% e 40%, respectivamente (BACKER, 1971, p. 90). A falta de combustíveis, além do despedaçamento das estradas de ferros e rodagem pelo bombardeio, impediam ou cortavam inteiramente a interação entre áreas consumidoras e fornecedoras.

Diferentemente dos enormes estragos sobre prédios urbanos e infraestrutura de transportes, a destruição de estabelecimentos industriais era bem menos grave, variando de 10% a 20% (GROSSER, 1955, p. 86). Por um lado, prevenindo-se dos bombardeios, os nazistas haviam espalhado geograficamente as instalações produtivas, sobretudo aquelas para fins bélicos, além de tê-las camuflado. Por outro lado, os bombardeios haviam se concentrado em áreas civis, pois os aliados acreditavam que venceriam a guerra mais rapidamente se quebrassem o ânimo do povo alemão, enfraquecendo assim o que se presumia ser o enorme apoio dado ao regime nazista. Há quem sugira que as instalações industriais foram deliberadamente poupadas porque influentes segmentos empresariais americanos tinham participações acionárias das mesmas.

Apesar dos menores estragos ao capital físico das empresas, o nível de atividade da produção e do comércio era mínimo por ocasião da ocupação. Na área ocupada pelos americanos, mais de 90% dos estabelecimentos industriais estavam parados (BACKER, 1971, p. 34); o índice de produção industrial com base 100 em 1936 chegara a apenas 33 em 1946 (GROSSER, 1955, p. 86). O baixo nível de atividade era engendrado em parte pelos prejuízos físicos aos estabelecimentos, mas também pela falta de materiais, energia e combustíveis; e, sobretudo, como se veria mais adiante, pela ausência de incentivos no povo alemão para trabalhar e produzir.

O bombardeio de prédios públicos havia destruído arquivos e equipamentos necessários à atividade, e o setor público estava paralisado por razões semelhantes às citadas antes. Ademais, boa parte dos postos de direção estavam abandonados, pois os ocupantes anteriores, comprometidos com o nazismo, haviam fugido por temor a previsíveis castigos, levando ou tendo inutilizado parte dos registros públicos. Somente as autoridades municipais mantinham algum tipo de atividade estatal, tal como o racionamento.

Outras dificuldades por que passava a economia alemã decorriam da desorganização social e institucional posterior à guerra. Uma delas ligava-se ao fato de que esta economia sempre necessitara de importações de alimentos ou, menos diretamente, de insumos agrícolas vindos do exterior, para suprir o consumo de sua população; em 1945, a situação era calamitosa, pois não havia importações comerciais e a produção doméstica estava muito reduzida. As rações oficiais estavam fornecendo menos da metade do montante mínimo de calorias para preservação da saúde.

Os problemas da oferta agrícola incluíam o fato de que mais de 25% do território da Alemanha derrotada lhe fora tomado. Isso resultou em perda de cerca de 20% da capacidade produtiva de 1936 (EUCKEN & MEYER, 1948, p. 53), com impacto sobretudo na produção agrícola. Parte da região que produzia internamente um excedente de alimentos para as outras regiões fora entregue à Polônia e à ocupação russa. Para maior gravidade da situação, a população aumentara. As mortes provocadas pela guerra haviam sido mais do que compensadas pela entrada no país de milhões de deportados, bem como dos que abandonavam as regiões sob domínio soviético. Para se ter uma idéia, em 1948 os habitantes advindos do leste viriam a compor cerca de 25% da população total das zonas americana e britânica (BLUECHER, 1948, p. 71). A maioria dos deportados e refugiados era constituída de mulheres, velhos e crianças (EUCKEN & MEYER, 1948, p. 53); apenas um em cada seis ou sete transferidos podia ingressar logo na força de trabalho (BLUECHER, 1948, p. 64).

Além disso, os governos de ocupação sentiam-se sob a obrigação moral de oferecer assistência a cerca de dois milhões de vagabundos e flagelados; estes perambulavam pela Alemanha, carregando sacos e puxando carrinhos improvisados, na eterna busca de comida e abrigo. Muitos compunham o restante de quase seis milhões e meio de estrangeiros que os aliados

ocidentais encontraram na Alemanha, dos quais repatriaram cerca de quatro milhões (DAVIS, 1967, p. 182). Durante a guerra tais estrangeiros haviam sido arrancados dos países ocupados pelas tropas nazistas e trazidos à Alemanha para prestar trabalho forçado. Milhares foram repatriados contra sua vontade para a União Soviética, onde lhe esperavam castigos ou pena de morte pelo que era considerado falta grave em sua terra de origem.

Como resultado dessa combinação de economia combalida com pressão populacional, fome e doenças proliferavam na Alemanha nos primeiros anos depois da guerra; para ilustrar, o índice de novos casos de tuberculose por 100 mil habitantes foi de 449 em 1948, quando mais tarde em 1950 seria apenas de 265 (GROSSER, 1955, p. 117).

5. Congelamento de Preços com Excesso de Demanda

Outro legado do pós-guerra foi uma inflação reprimida. Por imposição oficial os preços e salários haviam passado por muito poucas alterações - vigorava um congelamento de preços desde 1936, em combinação com racionamento e outros controles oficiais da economia; por outro lado, o regime nazista deixara um enorme volume de dinheiro nas mãos da população, em face de uma produção menor de bens disponíveis para o setor privado. Conforme Mendershausen (1955, p. 33), calcula-se que durante a guerra a renda nacional tenha tido uma queda de 75%, enquanto o papel-moeda em circulação tenha crescido 600%. Balabkins (1983, p. 359) fornece cifras financeiras mais precisas, informando que o regime nazista havia deixado na Alemanha, em 1945, cerca de 50 bilhões de Reichmarks de dinheiro físico em circulação e 150 bilhões de Reichmarks em depósitos bancários nas mãos do público, enquanto que em 1939 havia 5 bilhões de Reichmarks de papel-moeda em circulação e 30 bilhões de Reichmarks de depósitos. Em 1945 a dívida do governo central (Reich) era de 400 bilhões de Reichmarks, além de mais 400 bilhões de Reichmarks de indenizações a pagar aos prejudicados pela guerra, quando em 1939 havia sido de cerca de 30 bilhões de Reichmarks.

Note-se ainda que durante a invasão da Alemanha os aliados vieram preparados para emitir dinheiro cuja aceitação seria imposta aos vencidos - os marcos de ocupação militar (*Allied Military Marks*) - e do qual fizeram uso

em 1945. Embora caracterizado como emissão das autoridades de ocupação, tal dinheiro não era admitido como passivo das potências ocupantes, mas como da Alemanha. Neste período, e imediatamente após a ocupação, os russos se destacaram por imprimir marcos em enorme quantidade para pagar integralmente suas tropas, inclusive soldos atrasados de até seis anos. Além disso, emitiram em abundância para financiar missões de compra de bens móveis e imóveis que se espalharam por todas as zonas adquirindo ativos alemães (BENNETT, 1950, p. 44). Assim, a oferta de moeda continuou aumentando no início do período de ocupação, pois o contato entre a zona soviética e as outras era grande então. Aparentemente, não foi mais injetado dinheiro na economia alemã depois de 1945 (a julgar por MENDERSHAUSEN, 1955, p. 30, 32).

Nos primeiros meses de ocupação, pelo próprio fato de que ocorria a tomada do Estado de um país vencido pelo vencedor, o povo alemão sentia-se desmotivado a reparar a estrutura produtiva avariada e reiniciar a atividade de produção, ao menos ostensivamente, pois isso poderia significar ver o fruto de tais esforços confiscado pelo governo invasor. E, como foi explicado antes, os invasores deram mostras de se considerarem acima dos direitos de propriedade. Mas, mesmo depois que o governo de ocupação já estava bem instalado e os confiscos tinham diminuído (além de que, tendo revelado um padrão, haviam se tornado mais previsíveis), um outro fator retirava o incentivo para trabalhar e para colocar empresas em atividade: a ausência de vantagens em realizar transações de compra e venda ou prestações de serviços com o uso de moeda. Na economia alemã do imediato pós-guerra, os agentes econômicos interessavam-se muito pouco ou nada por recebimentos em moeda.

Dois fatores fizeram desaparecer naquele país o atrativo corriqueiro do dinheiro. Primeiro, o regime econômico adotado até 1948 pelo governo de ocupação foi de completo direcionamento das atividades mediante ordens do poder central, o que reduziu consideravelmente o papel do dinheiro na economia. Segundo, havia a perspectiva de um confisco monetário (generalizadamente referido pelo eufemismo de "reforma monetária" no segundo pós-guerra, embora a criação de uma outra moeda, e mesmo a mudança de nomes e escala da moeda, fossem aspectos economicamente desnecessários ou inócuos da medida).

Desde o início a administração nazista impusera controles de preços à economia alemã, até que em 1936 havia decretado um congelamento geral. Depois da conquista da Alemanha, os aliados mantiveram o esquema de controle de preços herdado dos nazistas, em parte por temor à reação da população a uma inflação aberta no território ocupado, mas também refletindo a visão da época, mais favorável ao direcionamento estatal do que as décadas posteriores, e sobretudo as anteriores. Ademais, dando-se conta de que não seria possível manter um congelamento de preços, a menos que este fosse complementado por gerenciamento de quantidades, os militares mantiveram as demais normas de natureza econômica do regime nazista, ainda que com pequenos retoques. Havia um sistema de regulamentos (constantemente sujeitos a confirmações ou alterações pelos militares) abrangendo a especificação dos tipos de produtos e das quantidades produzidas e vendidas pelas empresas, a requisição de trabalho por ordem do governo, o racionamento das compras por famílias e empresas, bem como o direcionamento da distribuição da produção entre regiões e firmas adquirentes.

Nas empresas da Alemanha do pós-guerra, produção, vendas, compras, níveis de estoques e distribuição geográfica eram realizados em obediência a autorizações de comissões e a ordens emanadas de departamentos oficiais, em função de programas econômicos e planos de administração preparados por membros do governo. Mesmo em 1947, quando os americanos já estavam intensamente interessados em ampliar as exportações alemãs, os homens de negócios operavam amarrados por uma rede de regulamentos e exigências de licenças e aprovações, inclusive a necessidade de autorizações para viagens ao exterior. A concessão dessa autorização dependia, por sua vez, de uma estimativa burocrática de qual seria o ganho ou perda líquida de divisas como resultado da viagem. De modo semelhante, a importação de um vegetal dependia de um cálculo do rendimento em nutrientes e calorias que traria para a população alemã, em comparação com produtos alternativos; não do desejo ou prazer da população em ingerir um alimento há muito tempo fora de suas mesas, ainda que se tratasse simplesmente de repolho.

Alguns aumentos de preços foram permitidos ou tolerados (as informações sobre elevação de índices de preços são algo vagas ou divergentes; MENDERSHAUSEN, 1955, p. 37, por exemplo, cita alta de 26% no índice

do custo de vida entre 1945 e o meio de 1948, mas não está claro se se trata do início ou do fim de 1945); todavia, para a maioria das linhas de produção, os preços oficialmente autorizados, ou tornavam não econômico produzir em quantidade suficiente para atender a todos os fregueses, ou eram compatíveis somente com uma taxa salarial que não atraía um número adequado de trabalhadores. Como a produção ficava aquém da demanda, o racionamento era o complemento natural do controle de preços, como forma de casar a quantidade ofertada de bens com uma quantidade demandada muito superior.

O fato de a produção ficar aquém da demanda trazia outra consequência: todos tinham dinheiro sobrando que não podiam utilizar para nada; como resultado, ninguém estava disposto a esforçar-se quando a compensação pelo desgaste físico ou mental fosse apenas receber mais dinheiro. Em outras palavras, como as pessoas não estavam dispostas a dar algo em troca de dinheiro, porque se o fizessem teriam que fazê-lo a preços não remunerativos, dinheiro tinha pouco ou nenhum valor. A combinação de controle de preços com excesso de demanda fazia com que o dinheiro deixasse de representar capacidade de adquirir bens e serviços. Deixava-o de representar, tanto para o seu eventual possuidor, como para qualquer outro que poderia vir a recebê-lo. Não é de admirar que também por esse lado o racionamento fosse o instrumento complementar do controle de preços: a regra de as pessoas serem obrigadas a pagar suas compras com cartões de racionamento, e não apenas com dinheiro, ajustava-se exatamente ao fato de que o dinheiro era algo abundante e de pouca utilidade.

Nos primeiros anos da ocupação aliada da Alemanha, outro fator ainda mais importante desvalorizava o dinheiro: havia o risco de uma "reforma monetária", isto é, de que o governo ocupante confiscasse boa parte da riqueza monetária ou financeira. Por um lado, esta era a política de estabilização em moda na Europa - entre o final de 1944 e o término de 1947 houve cerca de 18 "reformas" em diversos países (das quais 3 em 1944 e 10 em 1945); por outro, na própria Alemanha propostas de "reforma" eram feitas e examinadas publicamente (KLOPSTOCK, 1949, p. 278). O plano do confisco monetário finalmente promulgado em junho de 1948 foi preparado com bastante antecedência, tendo sido exposto ao general Clay em 20 de maio de 1946; ele foi discutido com muita gente, inclusive com alemães, e freqüentemente foi alvo de noticiário na imprensa. Dificilmente detalhes

precisos não terão vazado para a parcela da população interessada em antecipar-se aos acontecimentos econômicos. Seja como for, no período que se estende da concepção até a implementação do confisco, várias vezes espalharam-se rumores de que o mesmo era iminente (BENNETT, 1950, p. 50).

Diante dessas perspectivas, a maior parte da população tomou a atitude sensata de evitar, na medida do possível, receber retribuições em moeda; preferia-se bens para serem utilizados diretamente, ou mercadorias capazes de serem estocadas sem muitos inconvenientes até serem trocadas por outros bens mais adiante. Tal atitude fez florescer um regime de escambo que abarcava a maioria das transações. Faziam trocas diretas os agentes econômicos que não queriam assumir o risco de ter dinheiro em mãos ao serem subitamente atingidos por um confisco monetário, bem como aqueles que não queriam ou não ousavam fazer recebimentos e pagamentos a preços superiores aos de tabela. Mas uma parte minoritária dos agentes econômicos estava inclinada a arriscar e a ousar; estes alimentavam o mercado negro.

A interação regional também foi prejudicada pelo regime econômico prevalecente. Sem perspectiva de obter compensações adequadas pelo fornecimento de bens, cada município tratava de manter no seu próprio âmbito quaisquer excedentes de produção, às vezes pulverizando os estoques por meio de sua distribuição entre a população local, de modo a evitar que os invasores pudessem facilmente apossar-se deles. Pela mesma razão, as sobras de alimentos e suprimentos que o governo nazista estocara para uso pelo exército foram saqueadas e igualmente pulverizadas.

6. Mercados Negros e Escambo

Com o passar dos meses, os alemães depararam-se com dois fatos importantes. Primeiro, os militares não haviam repudiado ou confiscado o dinheiro alemão (os Reichmarks); segundo, ainda que eles procurassem combater o mercado negro, não ousavam imitar os nazistas e empregar a intimidação policial com o fim de forçar em massa as pessoas a trabalhar, bem como os estabelecimentos a produzir e a vender. Tampouco as buscas visando desalojar produtos estocados chegavam a representar ameaça grave a grande parte da população. Assim, não havia o risco das punições extrema-

mente severas (podendo chegar à execução) com que os nazistas haviam arrancado a obediência aos limites de preços.

Diante das novas circunstâncias, desenvolveu-se na economia um setor não oficial, informal, paralelo ou mesmo ilegal, formado de dois segmentos: um mercado negro e um abrangente subsistema econômico de trocas diretas. O mercado negro era suprido pelos mais dispostos a apostar que o confisco monetário não seria decretado imediatamente, bem como pelos que se consideravam capazes de obter lucros imediatos suficientes para compensar os prejuízos de quando o governo de ocupação finalmente tributasse a posse de marcos.

Os controles oficiais haviam distorcido os preços enormemente; por exemplo, enquanto um mineiro de carvão em 1946 recebia 60 marcos por uma semana de trabalho, um ovo no mercado negro custava 40 marcos (ORLOW, 1991, p. 248-9). Davis (1967, p. 155-6) informa que em junho de 1947 um assalariado podia ganhar entre 200 e 300 marcos mensais, enquanto no mercado negro ele poderia comprar um dólar por 200 marcos, uma libra de café por 300 a 400 marcos, uma libra de manteiga por 200 a 240 marcos e uma garrafa de vinho alemão por 250 a 300 marcos. Os preços do mercado negro chegavam a estar de 50 a 150 vezes mais altos (MENDERSHAUSEN, 1955, p. 37; NINKOVICH, 1988, p. 43), ou de 40 a 200 vezes mais altos (KLOPSTOCK, 1949, p. 280), que os preços legais. Os artigos preferidos pelos soldados russos, tais como relógios, canetas-tinteiro, câmeras e óculos, poderiam atingir preços que os americanos com acesso ao câmbio oficial eram capazes de transformar em 300 ou 400 dólares (DAVIS, 1967, p. 150).

Nos seus primeiros meses, o mercado negro recebeu um grande impulso das tropas russas em Berlim, onde habitantes das zonas russa e ocidentais interagiam. Acontece que os soldados recebiam salários em marcos e não podiam trocá-los por rublos ou por outra moeda; como não conseguiam muita coisa para comprar aos preços oficiais e, sensatamente, não queriam entesourar marcos, tornavam-se dispostos a pagar qualquer preço para transformar os marcos em bens. Por isso, os militares russos compravam de seus colegas americanos cigarros, relógios e outros bens por várias vezes o seu custo (BENNETT, 1950, p. 44).

Já do lado do abastecimento, as tropas americanas eram talvez o principal fornecedor de última instância. Os comerciantes do mercado negro

obtinham os objetos estrangeiros junto a muitos militares que lhes repassavam parte dos produtos que entravam na Alemanha com a finalidade de tornar mais confortável a estadia das forças de ocupação. Conforme Davis (1967, p. 138, 149), lojas e armazéns militares tinham suprimento em abundância de alguns artigos de vestuário, calçados, sabonete, material para escrever, carvão, bombons, café, amendoim, bebidas alcoólicas, entre outras coisas. Aquele autor acrescenta (DAVIS, 1967, p. 149) que os militares supriam o mercado de "*açúcar, café, cigarros, farinha, gordura de cozinhar, manteiga, sapatos, meias, roupas íntimas, gasolina, óleo de motor e moeda forte*"; os alemães pagavam com câmeras fotográficas, binóculos, microscópios, louças, pinturas, discos, antigüidades, lembranças e outros artigos de decoração de casa. Os militares que caíam na tentação de complementar seus soldos podiam se aproveitar, tanto da possibilidade de comprar bens a preços subsidiados, como da vantagem de ter acesso a meios de transporte para deslocá-los aonde bem entendessem. Diante disso, tinham explicação simples certos fenômenos econômicos que à primeira vista causavam admiração; por exemplo: por muito tempo o mercado negro esteve consideravelmente abastecido de produtos importados, embora nenhuma pessoa ou organização alemã pudesse importar nada sem a permissão e o rigoroso controle dos militares, que na prática não autorizavam o uso de divisas (a não ser para alimentos básicos trazidos pela própria organização montada pelo governo).

Entre os fornecedores do mercado negro incluíam-se simples soldados que vieram a enriquecer usando um esquema muito simples: primeiro, solicitavam pelo reembolso postal, ou a parentes e amigos, o envio de produtos tais como relógios, produtos de higiene ou de uso pessoal; segundo, vendiam os produtos no mercado negro; terceiro, trocavam os marcos por dólares, junto ao governo militar, pela taxa de câmbio oficial irrealisticamente baixa de 10 Reichmarks por dólar, obtendo receitas adicionais de considerável montante. Desse modo, podiam obter, por exemplo, cerca de 150 dólares por uma caixa de cigarros que estava cotada a 1.550 Reichmarks no mercado negro (NINKOVICH, 1988, p. 43). Cada caixa continha dez carteiras com 20 cigarros cada. Note-se que os militares participavam no mercado negro, não só isoladamente, mas também em operações de equipe, e incluíam oficiais de alta patente.

Os números seguintes, embora provavelmente muito imprecisos, mostram alguns resultados da interação entre o mercado negro e as forças de

ocupação. Em julho de 1945 as tropas americanas em Berlim receberam quase um milhão de dólares como salários; em contraste, remeteram aos Estados Unidos quase três milhões como poupança ou auxílio às suas famílias (DAVIS, 1967, p. 151). Em outubro de 1945 os militares em Berlim enviaram 84 milhões de dólares de lucro para suas famílias (PETERSON, 1978, p. 91). Davis (1967, p. 114) lista casos registrados na imprensa alemã da época, entre os quais o do soldado que pagava a seis colegas 100 dólares por dia por pessoa com a tarefa de ficar na fila dos correios; o do oficial que ganhou 12.000 dólares com operações de mercado negro em quatro meses; o do soldado que tinha um salário mensal de 65 dólares mas enviou aos parentes 15.000 dólares e retornou aos Estados Unidos com mais 25.000 dólares. Calculou-se que os lucros obtidos na combinação de operações em mercado negro com conversão cambial tenham alcançado 200 milhões de dólares até que o Exército desmontou o mecanismo de remessa automática de fundos aos Estados Unidos (BENNETT, 1950, p. 44).

O governo de ocupação esforçou-se para eliminar as operações de militares no mercado negro e no setor de trocas diretas, principalmente preocupado em livrar-se dos problemas que aquelas operações criavam para a manutenção da disciplina militar. A partir de novembro de 1945 o governo começou a implantar esquemas de inspeção e controle das remessas feitas pelos soldados, visando inibir a conversão de marcos em dólares. Outras medidas foram tomadas, os soldados flagrados em transações ilícitas eram punidos, mas persistiu o principal atrativo ao envolvimento dos militares com o mercado negro e o mercado de escambo - a própria proliferação destes mercados. Na sua maioria, contudo, os militares incluíam em sua rotina apenas transações de pequenos montantes, vendendo alguns quilos de café, barras de chocolate ou cigarros; isso não redundava em grande acréscimo de renda por indivíduo, embora o conjunto das vendas pelo total dos soldados fosse importante para suprir de bens o mercado.

Pelo que nos informa Mendershausen (1955, p. 37), calcula-se que algo como 80% do dinheiro existente na Alemanha fosse empregado no mercado negro. Contudo, a enormidade dessa cifra apenas reflete a grande distância dos preços de mercado negro com relação aos preços legais; o temor de um confisco monetário por vir fez com que o mercado negro não atingisse mais do que uma participação minoritária na economia, em termos de quantidades supridas de cada uma das diversas categorias de bens. Ele

fornecia apenas algo como 10% do fluxo físico de bens (MENDERSHAUSEN, *idem*), ainda que essa atuação fosse expressiva o bastante para tornar-se visível no dia-a-dia das pessoas.

Em contraste com esse mercado, na maioria das transações realizadas na economia o vendedor não estava interessado em receber marcos: as empresas vendiam mercadorias para obter receita em outras mercadorias; os pagamentos das despesas com fornecedores, bem como dos salários de empregados, eram executados por meio da entrega de bens; até os profissionais autônomos recebiam mercadorias pela venda de serviços (KLOPS-TOCK, 1949, p. 278-9). Boa parte das vendas e compras a varejo envolviam uma moeda-mercadoria não oficial, o cigarro americano. Este se tornara a moeda mais importante do país já em 1945.

Quando os procedimentos de trocas diretas de bens eram muito visíveis, ainda se entregava e se recebia marcos, embora somente como disfarce para proporcionar às operações uma aparência de legalidade; fazia-se de conta que se operava com dinheiro aos preços oficiais, embora a soma de dinheiro entregue estivesse longe de aproximar-se do valor total do que o vendedor recebia e considerava adequado receber como compensação. O disfarce ajustava-se bem às condições da economia na época, pois comumente os negociantes adotavam a forma mais conveniente de fazer cálculos econômicos, estabelecer razões de troca e formalizar as operações em registro, que consistia em empregar o marco como unidade de conta em conjunto com os preços legais como sistema de referência.

A rejeição ao uso do dinheiro fiduciário recheou o dia-a-dia dos indivíduos e das famílias com complicações e inconveniências incompatíveis com a vida moderna. Uma das conseqüências do regime de escambo foi o surgimento de um notável fenômeno: multidões se deslocando das cidades para os campos e vice-versa, em uma rotina a repetir-se diariamente. Homens, mulheres e crianças faziam longas viagens a pé, ou amontoados em vagões de trem superlotados, às vezes distanciando-se de suas residências mais de cem quilômetros, sempre em busca de agricultores dispostos a fornecer alimentos em troca de bens trazidos das cidades.

O regime de escambo também afetou a operação dos governos de ocupação. Tendo em vista reconstruir a infra-estrutura, os governos precisavam empregar gente na remoção de entulhos, conserto de estradas e de

trilhos, restauração das comunicações e tarefas semelhantes; contudo, era pequena sua chance de conseguir pessoas dispostas a se empregar em atividades onde o pagamento muito provavelmente seria em dinheiro sem valor. Diante disto, os governos de ocupação tiveram que adotar três alternativas (BLUECHER, 1948, p. 66); uma delas foi colocar os próprios soldados para executar diversas tarefas, tais como as de manejo e transporte dos estoques de bens que conseguiam no exterior com o fim de distribuir à população; outra foi empregar trabalho forçado, isto é, requisitar mão-de-obra local para prestar serviços contra a vontade; e, finalmente, outra solução foi admitir sua impotência perante a situação, recompensando o trabalho de civis com brindes e rações mais gordas e consagrando a prática de pagamento em bens para categorias privilegiadas de trabalhadores (tais como os mineiros de carvão e os empregados das ferrovias).

Portanto, em última análise os próprios governos deram testemunho da inutilidade do dinheiro existente e sujeitaram-se à posição de eles próprios alimentarem o mercado de trocas, ao suprirem de bens uma das pontas desse mercado.

7. Dificuldades para a Recuperação

A situação do setor primário foi uma das primeiras preocupações do governo da zona americana; era preciso recuperar o setor para com isso reduzir o fornecimento de bens à Alemanha pelos países responsáveis pela ocupação. Contudo, as autoridades encontraram obstáculos decorrentes do tipo de regime econômico em que se encontrava o país: os agricultores alemães não se dispunham de bom grado a produzir mais do que o necessário para o sustento das próprias famílias, nem tampouco a vender ou a ceder implementos agrícolas, estoques de bens ou gado. Mais uma vez, além do expediente de obrigar camponeses e fazendeiros a trabalhar contra a vontade, só restava ao governo de ocupação fornecer fertilizantes, equipamentos ou outras compensações para induzir a população rural a retomar a produção.

Um outro caminho seguido pelos americanos foi estimular hortas de fundo de quintal, que chegaram a envolver 40% da população da zona americana em 1946 (BACKER, 1971, p. 44). O estímulo era dado através do suprimento de sementes e implementos. Posteriormente, o dispositivo de

entregar bens antecipadamente foi estendido à indústria. Antecipavam-se também insumos importados pelo governo, sobretudo como incentivo ao aumento das exportações alemãs. De qualquer modo, o procedimento mostrou-se uma forma ineficiente de reativar a produção. Não era raro que os empresários preferissem estocar, às escondidas, parte dos insumos assim obtidos, em vez de utilizá-los para aumentar a produção e exportar a taxas de câmbio irrealistas.

O fato é que, apesar dos esforços, os governos de ocupação tiveram que continuar fazendo vastas importações de alimentos, pois até o início de 1948 as tentativas de recuperação deram magros resultados. A consciência do fracasso dessas tentativas levou os americanos, em 1947, a pensar em algum programa de volumosa ajuda financeira (PETERSON, 1978, p. 72). Esse programa concretizou-se no Plano Marshall, tão logo se descobriu a maneira de sensibilizar o povo americano para aceitá-lo, apelando, ora para o sentimento humanitário, ora para a perspectiva de construir-se um novo período de prosperidade, ora para a meta de livrar a Europa do comunismo.

Os esforços de recuperação deram resultados insuficientes em virtude dos mesmos fatores que deixavam o povo alemão desmotivado a reparar a infra-estrutura devastada pela guerra: a desmonetização da economia e os obstáculos advindos dos extensos controles sobre as atividades. Além disso, deve-se citar o impacto desorganizador das tentativas de promover a desnazificação e o que se chamava a descartelização da Alemanha, bem como o tratamento da questão das reparações.

O regime nazista havia cometido crimes monstruosos que os países ocupantes compreensivelmente não queriam deixar sem punição; contudo, exceto por um pequeno número de notórias autoridades do regime, era difícil separar os seriamente culpados dos levemente culpados e das vítimas da ditadura. Mas na visão dos americanos, quem quer que tivesse sido membro do partido ou de organizações nazistas havia contribuído diretamente para o funcionamento do regime de Hitler e, por conseguinte, deveria ser preso ou, pelo menos, destituído de seu cargo e demitido da entidade pública ou privada onde trabalhasse (ou removido do exercício de quase quaisquer profissões, exceto as envolvendo as tarefas mais desqualificadas).

O problema desse critério é que na Alemanha o partido nazista se identificara com o Estado e o Estado havia açambarcado o setor privado,

tanto as entidades produtivas como as associações profissionais, beneméritas ou culturais. Para a maioria dos profissionais qualificados ou educados, as alternativas a escolher tinham sido duras e difíceis: ou trabalhar dentro de esquemas e organizações nazistas, às vezes tendo até mesmo que executar tarefas diretamente de propaganda ou apoio material a tais organizações, ou desafiar o regime - o que significava freqüentemente sofrer execução sumária.

Em suma, por aquele critério o mero fato de ser um homem de negócios, ou ocupar alguma posição de chefia, gerência ou direção em instituição com ou sem finalidade lucrativa, era razão para ser destituído, expulso da instituição, ser preso ou pelo menos ter sua movimentação restringida. Enquanto fosse posta em prática, a política de desnazificação tendia a expulsar de suas atividades professores, médicos, enfermeiros, administradores de empresas, chefes de departamentos, diretores de escolas, grandes e médios industriais e comerciantes, banqueiros e gerentes etc.

Nos primeiros anos de adoção dessa política, tanto as empresas particulares como as entidades públicas foram privadas de pessoal em todas as áreas e níveis de organização, paralisando ainda mais a economia e retardando a reorganização dos serviços públicos (às vezes uma seção de um órgão público parava inteiramente porque perdia a única pessoa que sabia contornar a falta de arquivos ou realizar certa tarefa). Uma idéia do volume de trabalho e transtorno causado à população pelo programa de desnazificação é dada pelo fato de que na zona americana cerca de três milhões e meio de pessoas, o correspondente a 20% da população, foram submetidas a tribunais sumários sob acusação de nazismo (NINKOVICH, 1988, p. 35; GRIFFITH, 1950, p. 69-70, menciona a passagem de 1,5 milhões de casos por certos órgãos especiais de desnazificação em 1945, levando ao afastamento ocupacional de 375 mil pessoas). Uma indicação dos resultados é o fato de que na referida zona 50% dos médicos foram expulsos da profissão (NINKOVICH, 1988, p. 42). Uma irônica consequência dessa desnazificação indiscriminada e ambiciosa foi que mais adiante os governos de ocupação tiveram que aceitar a readmissão das pessoas anteriormente postas para fora, com o resultado de que muitos dos realmente responsáveis pela instalação e funcionamento do regime nazista também escaparam de punição.

Adicionais empecilhos à retomada da atividade econômica foram a desmilitarização e as reparações. Em boa parte as instalações produtivas que

escaparam dos bombardeios foram desmontadas, aleijando ainda mais o sistema produtivo alemão. Os desmontes de empresas industriais tinham duas finalidades: transportá-las ao exterior como reparações de guerra e eliminar as linhas de produção consideradas úteis para fins bélicos. Não tão destrutivo, mas igualmente desestimulante da atividade econômica foi o fato de que estavam sujeitas a desmonte centenas de empresas figurantes de uma lista, e não se sabia quantas nem quais seriam adicionadas a esta lista no futuro. Em consequência dessa incerteza, havia pouca ou nenhuma motivação por parte dos empresários a envidar esforços visando consertar e colocar em atividade empresas que corriam o risco de logo serem expropriadas.

Em resumo, a política econômica do governo de ocupação oscilou entre medidas de alcance amplo que mantiveram ou agravaram a crise econômica da Alemanha e ações específicas de ajuda à reconstrução da infra-estrutura. Entre as primeiras estiveram a manutenção dos controles de preços, do racionamento e do direcionamento central da economia, bem como a ameaça e a execução de desmantelamento de fábricas, além do repetido adiamento de um confisco monetário por vir.

8. A Marcha em Direção a Duas Alemanhas

Seria de esperar que os quatro governos ocupantes coordenassem suas políticas, senão suas ações, de modo a obter delas o melhor resultado possível. Mas cedo surgiram obstáculos a tal coordenação, em parte divergências de interesses quanto ao país vencido e sobretudo visões distintas a respeito do futuro da Europa e da humanidade. Por seu lado, a União Soviética tratou imediatamente de deslocar recursos da zona ocupada para sua própria economia, de modo a obter reparações nos montantes que considerava satisfatórios. A França tinha intenção semelhante. Ademais, preocupada em aproveitar a oportunidade de eliminar os riscos de outra futura invasão pelo seu vizinho belicoso, a França queria ver o território alemão dividido em partes que viessem a se tornar independentes política e administrativamente.

A União Soviética pretendia transplantar fábricas alemãs até atingir um total de dez bilhões de dólares, a cifra que eles calculavam adequada como reparações, além de trazer dois ou três milhões de alemães para serem

utilizados em trabalho forçado de reconstrução na União Soviética (PETERSON, 1978, p. 41). Imediatamente após adquirir controle da zona alemã que lhes era destinada, os soviéticos passaram a desmontar fábricas e a transportá-las para seu país, juntamente com bens de consumo duráveis, equipamentos agrícolas, rebanhos, jovens e trabalhadores alemães de ambos os sexos. As grandes empresas e fazendas, bem como o sistema bancário, foram estatizados. As dívidas públicas e privadas foram repudiadas; as contas bancárias pessoais acima de 3 mil marcos foram confiscadas. Determinadas empresas (213 delas em 1946; ORLOW, 1991, p. 249) passaram a ser propriedade do Estado soviético e tiveram sua produção destinada exclusivamente para exportação à União Soviética.

Boa parte das fábricas desmontadas foram inteiramente perdidas, ou porque o desmonte inutilizou o equipamento, ou porque não se sabia remontá-las, ou porque o custo de remontar tornava a fábrica economicamente indesejável. Ademais, ciosa de sua visão de organização social, a União Soviética tratou imediatamente de tomar providências para moldar uma Alemanha sem grandes empresários e sem proprietários de terras. A França também realizou confiscos e transplantes de fábricas, embora não tanto quanto os russos.

Em reação à atitude soviética, bem cedo os ingleses e os americanos começaram a temer que recaísse sobre seus ombros a carga de fornecer bens de primeira necessidade ao povo alemão enquanto a produção e parte do estoque de capital do país ocupado eram transportados para a Rússia. Também deixava os aliados anglo-saxões insatisfeitos a presteza com que a União Soviética realizava modificações institucionais na respectiva zona de ocupação, procurando apressar e garantir o estabelecimento de um regime socialista. Diante do acirramento das divergências, a zona americana de ocupação suspendeu o pagamento de reparações para a União Soviética já em 1946.

A crescente tensão entre os ex-parceiros fez com que os aliados ocidentais se interessassem mais concretamente por uma Alemanha com regime político e econômico semelhante aos de seus países - mesmo que a vontade alemã nem sempre fosse essa (assim, por exemplo, quando os alemães começaram a votar constituições locais prevendo a estatização da economia e a presença de sindicatos na gestão de empresas, o governo

militar proibiu a entrada em vigor de tais cláusulas). A partir de setembro de 1946, ingleses e americanos começaram a unificar as administrações de suas respectivas áreas de ocupações em uma única, a "Administração Bizonal Alemã" - conseqüentemente fundindo as duas zonas e formando a chamada "Bizona", decididos a manter nela uma economia capitalista; ademais, visando reconstruir a Europa, mas também como um item adicional de reação ao poderio soviético, em julho de 1947 lançaram o Plano Marshall, vasto esquema de ajuda econômica americana. Em troca dessa ajuda, a Zona francesa se juntou à Bizona e, por exigência dos americanos, concordou em adotar uma política comum.

9. Comentários Finais

Ultrapassaria os limites de tempo e outras condições deste trabalho coletar detalhes suficientes, bem como focar em profundidade o período em pauta, até o ponto de oferecer evidência conclusiva sobre várias questões econômicas de interesse; ademais, ao levantamento de fatores associados à crise econômica da época seria necessário adicionar uma análise extensa para identificar quão fortes eram os elos de determinação e condicionamento entre esses fatores. Contudo, parece óbvia a relação entre os fatos apresentados aqui e as seguintes possíveis lições a extrair do período:

- i. O planejamento e a execução de um confisco monetário bem feito ou eficiente confrontam-se com o dilema entre desrespeitar procedimentos democráticos e um regime de direito ou involuntariamente promover por antecipação o colapso monetário do país (RAMALHO, 1993). A Alemanha teve o pior dos mundos, isto é, sofreu ambas as opções ruins do dilema: era administrada por um regime ditatorial e arbitrário, e o confisco programado pelo governo tornou-se previsível, desencadeando a desmonetização espontânea da economia.
- ii. Como é notório, um congelamento de preços implantado em uma economia em que se preserve ou alimente um excesso de demanda agregada tende a autodestruir-se em uma explosão de elevações de preços. A experiência alemã sugere a seguinte conjectura: quanto mais grave e mais prolongada for a inflação reprimida, maior é o temor que

- os governos terão da mencionada explosão e suas consequências políticas, e maior é a tentação de adotar um confisco monetário.
- iii. Como argutamente percebeu Kalecki, um congelamento de preços é economicamente falho sem o complemento de racionamento da produção e da distribuição. Mas isso não significa que um congelamento com excesso de demanda se torne duradouro: na ausência de racionamento, um importante mecanismo do rompimento do congelamento é o crescimento e a proliferação dos mercados negros; na presença, como o mostra a experiência alemã, os mecanismos de rejeição do dinheiro e adoção do escambo tornam a política adotada um estorvo ao desenvolvimento econômico.
 - iv. À medida que o governo não consiga controlar efetivamente a manutenção do congelamento e do racionamento, tenderão a espalhar-se os mercados negros com preços em moeda acima dos oficiais. Na Alemanha do pós-guerra, o governo não tinha condições de administrar o regime de planejamento central que procurava preservar no país - entre outros obstáculos, havia a rotatividade dos militares, a falta de domínio do alemão pela maioria destes, a destruição física da infraestrutura, a desorganização das instituições e a falta de estatísticas. Os mercados negros não conseguiram preservar monetizada a economia alemã por causa das expectativas de um confisco monetário iminente.
 - v. Por formação, os militares são em geral mais disciplinados que os civis, mais apegados a valores de promoção da ação coletiva e renúncia a confortos pessoais. A experiência alemã, em que os militares sabotaram a política do governo de que faziam parte, dá um testemunho notável de quão fortes e tentadores podem chegar a ser os incentivos econômicos advindos dos mercados negros.

Referências Bibliográficas

- BACKER, John. *Priming the German economy*. Durham: Duke University Press, 1971.
- BALABKINS, Nicholas. Repressed inflation and uncertainty in postwar Germany, p. 353-72. In: SCHMULLER, Nathan; MARCUS, Edward (eds.), *Inflation through the ages*. New York: Brooklyn College Press, 1983.

- BALFOUR, Michael. *West Germany: a contemporary history*. New York: St. Martin's Press, 1982.
- BARK, Dennis & GRESS, David. *A history of West Germany*, v. 1: From shadow to substance 1945-1963. Oxford: Basil Blackward, 1989.
- BENNETT, Jack. The German currency reform. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 267, p. 43-54, Jan 1950.
- BLUECHER, Franz. Financial situation and currency reform in Germany. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 260, p. 63-73, Nov. 1948.
- BOTTING, Douglas. *From the ruins of the Reich: Germany 1945-1949*. New York: Meridian, 1985.
- BURDICK, Charles; JACOBSEN, Hans-Adolf & KUDSZUS, Winfried (eds.), *Contemporary Germany: politics and culture*. Boulder: Westview Press, 1984.
- CLAY, Lucius. *Decision in Germany*. Garden City: Doubleday, 1950.
- DAVIS, Franklin. *Come as a conqueror: The United States army's occupation of Germany 1945-1949*. New York: MacMillan, 1967.
- ELLIS, Howard. *The economics of freedom*. New York: Council of Foreign Relations/Harper & Brothers, 1950.
- ENGLER, Robert. The individual soldier and the occupation. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 267, p. 77-86, Jan. 1950.
- EUCKEN, Walter & MEYER, Fritz. The economic situation of Germany. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 260, p. 53-62, Nov. 1948.
- GRIFFITH, William. Denazification in the United States zone of Germany. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 267, p. 68-76, Jan. 1950.
- GLASER, Hermann. *The rubble years*. New York: Paragon House Publishers, 1986.
- GROSSER, Alfred. *The colossus again: Western Germany from defeat to rearmament*. New York: Frederick A. Praeger, 1955.
- HALLETT, Graham. *The social economy of West Germany*. New York: St Martin's Press, 1973.
- HARDACH, Karl. The economy of the Federal Republic of Germany: structure, performance, and world position, cap. 6 (p. 107-27). In: BURDICK *et alii* (eds.), *Contemporary Germany: politics and culture*. Boulder: Westview Press, 1984.
- KLOPSTOCK, Fred. Monetary reform in Western Germany. *Journal of Political Economy*, v. 57, n. 4, p. 277-92, Aug. 1949.

- MENDERSHAUSEN, Horst. Prices, money and distribution of goods in postwar Germany. *American Economic Review*, v. 39, n. 4, p. 646-72, June 1949.
- _____. *Two postwar recoveries of the German economy*. Amsterdam: North Holland, 1955.
- NINKOVICH, Frank. *Germany and the United States*. Boston: Twayne Publishers, 1988.
- OPPEN, Beate von (ed.). *Documents on Germany under occupation 1945-1954*. London: Oxford University Press, 1955.
- ORLOW, Dietrich. *A history of modern Germany*. 2nd ed. Englewood Cliffs (N.J.): Prentice Hall, 1991.
- PETERSON, Edward. *The American occupation of Germany*. Detroit: Wayne State University, 1978.
- PETROV, Vladimir. *Money and conquest*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1967.
- RAMALHO, Valdir. Elementos para uma avaliação de confiscos monetários. *Revista Brasileira de Economia*, v. 47, n. 4, out./dez., 1993 (a sair).
- SMITH, Eric. *The West German economy*. New York: St. Martin's Press, 1983.
- STOLPER, Gustav. *German realities*. New York: Reynal & Hitchcock, 1948.
- _____; HAUSER, K. & BORCHARDT, K. (1967). *The German economy, 1870 to the present*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1967.
- WALLICH, H. *Mainsprings of the German revival*. New Haven: Yale University Press, 1955.
- WILLIS, F. *The French in Germany 1945-1949*. Stanford (CA): Stanford University Press, 1962.
- ZINK, Harold. *The United States in Germany 1944-1955*. Princeton (NJ): D. Van Nostrand, 1957.

(Recebido em julho de 1992. Aceito para publicação em setembro de 1993).